



CONTRA AS REFORMAS

Centrais sindicais preparam manifestos antes da greve geral no dia 30 de junho

Página 2

REAJUSTE

SINTSS/MS aponta a união como fator decisivo sobre a negociação salarial

Página 4



NEGOCIAÇÃO

Fórum mobiliza servidores por reajuste salarial da categoria



Página 3

PESQUISA

86% dos usuários da Capital aprovam os serviços da Cassems

Página 8

ACP

Câmara aprova correção do Piso 20h



Página 6

Policiais Civis aguardam que Azambuja honre compromissos

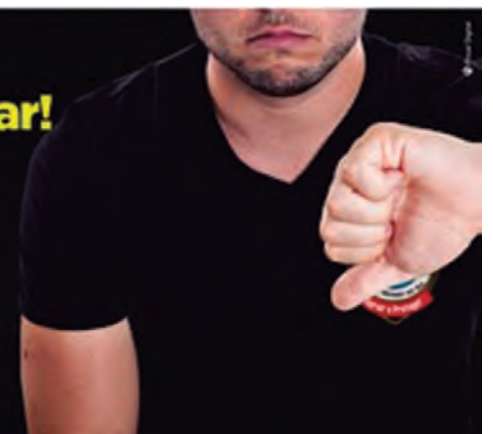


Acampados há mais de 15 dias em frente à Governadoria, os Policiais Civis protestam pacificamente contra o governo do Estado, que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria. **Página 5**

**Quem não cumpre a palavra,
não tem competência para governar!**



67 3042 6992
sinpolms.org.br
[@sinpol.ms](https://www.instagram.com/sinpol.ms)



Sindicatos preparam manifestos antes da greve geral no dia 30

II As centrais sindicais aprovaram a data de uma nova greve geral contra as reformas do governo e pela saída do presidente Michel Temer, indicando o próximo dia 30, uma sexta-feira. Antes, no dia 20, as entidades planejam organizar um “esquenta”, com paralisações e atos nas principais cidades. Todo o calendário depende do andamento das reformas no Congresso – e também passará por assembleias das categorias.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

Segundo o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, a greve precisa ser “construída”, com discussão nas bases e monitoramento da agenda parlamentar. “O dia 28 (de abril) foi um sucesso porque fizemos um processo de construção daquela data”, afirmou, em reunião realizada na sede da Nova Central em São Paulo, na região central da capital paulista. “O primeiro passo são as categorias referendarem o dia 30 nas assembleias”

Durante o encontro, o secretário-geral da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, apresentou proposta de



“O dia 28 (de abril) foi um sucesso porque fizemos um processo de construção daquela data”

realizar uma greve geral de dois dias, indicando 27 e 28 de junho, com convocação prévia de plenárias estaduais. A Força Sindical, a princípio, mostrou-se reticente quanto à fixação de uma data, mas defendeu a unidade entre as centrais. “Conseguimos construir, ao longo do tempo, várias atividades unitárias”, disse o secretário-geral da entidade, João Carlos Gonçalves, o Juruna, citando manifestações de 15 de março, a greve de 28 de abril e a marcha a Brasília em 24 de maio.

STF nega pedido de Azambuja e valida delações da JBS

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou na quinta-feira (22) as delações da JBS e manteve o ministro Edson Fachin como relator dos processos, já homologados pela corte. Sete ministros negaram o pedido do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para retirar Fachin da relatoria do processo aberto contra ele no supremo após

delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista, e demais executivos do grupo JBS.

Apesar da maioria formada, a sessão foi suspensa e será retomada na próxima quarta-feira (28), quando quatro ministros ainda vão votar. A decisão foi tomada pela ministra Cármen Lúcia, presidente da STF.

Os questionamentos sobre a legalidade dos acordos da JBS foram levantados pela defesa do governador Reinaldo Azambuja, um dos citados nas delações do grupo. A defesa de Azambuja, protocolada no STF dia 6 de junho, contesta a remessa do processo a Fachin, além dos benefícios concedidos ao empresário

Joesley Batista, um dos donos da JBS.

A defesa de Azambuja alega que processo deveria ser sorteado entre os ministros, já que Fachin, também é relator da Operação Lava Jato, portanto não poderia ter “preferência” na distribuição da delação da JBS, porque o conteúdo não está estritamente ligado à força-tarefa.

Fórum convoca servidores estaduais para anúncio do reajuste salarial

II Dando continuidade à negociação salarial coletiva do funcionalismo público estadual — sendo mais de 40 mil servidores da área da segurança pública, saúde, educação e administrativo —, os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul deliberaram por intensificar as mobilizações até a data da reunião com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), marcada para o dia 3 de julho (segunda-feira), às 14h, na Governadoria.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Ainda que prevista para o início do mês, os coordenadores do Fórum articularam nesta semana juntamente à Comissão Mista — composta por deputados estaduais e dirigentes sindicais para auxiliar na negociação salarial — a tentativa de antecipar a reunião em virtude de o Senado Federal aprovar projeto sobre a renegociação de dívidas dos Estados com bancos, entre eles o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sendo umas das condições do governo para disponibilizar aos servidores a reposição inflacionária.

Dessa forma, os dirigen-



Fórum dos Servidores Públicos de MS deliberou por intensificar as mobilizações até a data da reunião com o governador

tes sindicais e representantes de classe que integram o Fórum dos Servidores se reuniram na manhã desta sexta-feira (23), na sede do SINDIJUS-MS (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul), para analisar a conjuntura das mobilizações.

O coordenador-geral do Fórum, Fabiano Reis, ressaltou a importância de apoiar e fortalecer as

mobilizações das categorias. “Vamos continuar articulando no fortalecimento das ações das lideranças sindicais, como o acampamento do Sinpol que está completando quase 20 dias na luta por melhores condições aos servidores”.

“Estamos buscando antecipar a reunião com o governador, por isso é importante que os servidores fiquem atentos às convocações de seus sindicatos por meio dos

sites e redes sociais.

Agora é momento de nos

unirmos!”, complementou Fabiano.

tou Fabiano.

Data e Horário

A reunião com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) está marcada para o dia 3 de julho (segunda-feira), às 14h, na Governadoria.

Mobilizações

Os integrantes do Fórum dos Servidores vão reforçar as visitas no acampamento do Sinpol, além de convocar suas categorias para aderir ao movimento. Também serão realizadas atividades culturais com atrações regionais.

Foi acertada também a panfletagem de informativos na próxima sexta-feira (30) e domingo (2), como forma de divulgar e convocar mais servidores para participar das ações.

SINTSS/MS aponta a união como fator decisivo, na reta final das negociações sobre reajuste salarial



Os representantes do Fórum dos Servidores alegam terem sido ouvidos pelo governo apenas no dia 9 de junho

II No âmbito da crise política e econômica que vive o País, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul vinha apresentando paulatinamente uma imagem de crescimento econômico, através de gastos exorbitantes com publicidade na imprensa televisiva, eletrônica, impressa, etc.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Mas há cerca de um mês, mais precisamente no último dia útil do mês de maio, período da data-base dos servidores públicos estaduais, o go-

verno informou à sociedade sul-mato-grossense que adotaria a política de reajuste zero sobre o salário de seus funcionários, alegando falta de recursos oriundos da crise econômica.

A insatisfação das lideranças sindicais e a revolta dos funcionários públicos do Estado gerou, por parte do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, a deliberação pela realização de um grande enfrentamento à falta de respeito do governo perante seus trabalhadores, denunciando a situação e pedindo apoio da sociedade.



FALTA DE DIÁLOGO

Preocupados com a situação, os sindicalistas chegaram a enviar 4 ofícios, solicitando audiências com o governo nos dias 10 de março, 11 de abril, 4 de maio e 15 de maio.

Os representantes do Fórum dos Servidores alegam terem sido ouvidos pelo governo apenas no dia 9 de junho, pois na reunião do dia 29 de maio, o governo apenas impôs a política de reajuste zero e informou às lideranças sindicais de sua decisão.

Analisando em perspectiva, Ricardo Bueno, presidente do SINTSS, ressaltou que a pressão surtiu efeito, “está sendomuito positiva a união dos servidores, o fórum mostrou essa sua união e não vai aceitar a má gestão como desculpa para dar um reajuste zero para os servidores. A gente vai continuar na luta até ter uma resposta e se ela não for positiva, as manifestações vão continuar”, afirmou o dirigente.

Esta situação de tensão com o governo culminou com a realização de um histórico protesto dos servidores públicos,

realizado na Assembleia Legislativa no dia 6 junho.

Após a pressão das lideranças sindicais, foi criada uma Comissão mista de deputados estaduais e lideranças sindicais, com o objetivo de sensibilizar o poder executivo para a reposição salarial dos servidores.

Fruto da luta e da pressão dos servidores enfim o Poder Executivo recuou publicamente desta decisão e solicitou um prazo para a data do dia 3 de julho, a fim de apresentar uma proposta de reajuste salarial.

O governo estadual alegou na mesa de negociação estar trabalhando pelo prolongamento do parcelamento de uma dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), esta possibilidade foi aprovada pelo Senado Federal no dia 21 de junho.

Após este episódio, o Poder Executivo informou através da imprensa, que a política de reajuste zero foi abandonada sem dar detalhes sobre percentual de reajuste até o fechamento desta edição.

Policiais Civis completam 15 dias acampados em frente à governadoria

Os Policiais Civis do Mato Grosso do Sul estão há 15 dias acampados em frente à governadoria. Eles protestam pacificamente contra o governo do estado, que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria desde o ano de 2014, destacando-se o reposicionamento salarial entre os cinco melhores do País e o plano de carreira.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

O Sinpol-MS montou uma escala de reveza-

mento no acampamento para que o atendimento à população nas delegacias não seja prejudicado. “Estão participando colegas da Capital e do interior demonstrando o seu descontentamento. Somente sairemos daqui quando o governador apresentar uma proposta que atenda a reivindicação da categoria”, destacou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda. O grupo está preparado para passar mais dias no local com tendas, barracas, banheiros químicos, gerador de energia elétrica e uma pequena cozinha.



Policiais protestam pacificamente contra o governo que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria desde o ano de 2014

Campanha dos policiais civis para arrecadação de agasalhos começa a receber doações

Os policiais civis estão arrecadando cobertores, agasalhos infantis e adultos em bom estado de conservação para serem entregues às entidades de assistência social



As doações podem ser feitas no acampamento montado em frente à governadoria, no Parque dos Poderes, e na sede da entidade em Campo Grande

As primeiras doações para a campanha “Servir é também proteger”, do Sinpol-MS, ocorreram na quinta-feira (22). Os policiais civis estão arrecadando cobertores, agasalhos infantis e adultos em bom estado de conservação para serem entregues às entidades de assistência social. “É natural dos policiais civis o espírito solidário e de fazer o bem ao próximo. Queremos dar o conforto e o calor àqueles que não têm condições necessárias para se aquecer neste inverno”, declarou o presidente do Sinpol-MS,

Giancarlo Miranda.

As doações podem ser feitas no acampamento montado em frente à governadoria, no Parque dos Poderes, e na sede da entidade em Campo Grande. A arrecadação encerrará no dia 10 de julho. Desde o dia 07 de junho, os policiais civis estão acampados em frente à governadoria em protesto ao governo do estado que não cumpriu os compromissos firmados com a categoria e neste período já enfrentaram dias frios e chuvosos.

Câmara aprova correção do Piso 20h da REME

II Foi aprovado por unanimidade, na manhã de quinta-feira (22), na Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei que corrige em 7,64%, retroativo ao mês de maio, o Piso Salarial do Magistério Municipal. A aprovação é uma vitória da categoria. Mesmo que escalonado, o reajuste confirma a luta da ACP para manter e cumprir a Lei Municipal 5.411/14, que estabelece o Piso salarial para uma jornada de 20h e a defesa da valorização profissional da categoria.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A diretoria da ACP acompanhou toda a votação e comemora a conclusão de mais um passo na luta pelo cumprimento do Piso 20h. “É importante o reconhecimento dos poderes Executivo e Legislativo quanto à valorização dos profissionais da educação, que nos últimos anos tem sofrido com as perdas salariais devido ao não cumprimento da Lei Municipal 5.411/2014 (Piso 20h)”, avalia o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

Na luta em defesa dos profissionais da educação, a comissão da ACP segue com as tratativas junto à Prefeitura para que haja o cumprimento integral da Lei do Piso 20h.

Professores de Campo Grande aderem à Greve Geral Nacional

II Os profissionais da educação das redes estadual e municipal de Campo Grande decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 20 de junho, aderir à Greve Geral Nacional que acontece no próximo dia 30. A paralisação será contra as reformas trabalhista e previdenciária e também terá a pauta local contra o descumprimento da Lei Estadual 200 (Piso 20h da Rede Estadual).

A assembleia também deliberou a posição da ACP favorável ao indicativo de greve na Rede Estadual caso não haja uma posição do Governo quanto ao cumprimento da Lei do Piso 20h. Este indicativo ainda será debatido em Assembleia Geral na Fetems, no dia 30 de junho.

“Nossa luta em defesa dos direitos dos trabalhadores não para. O dia 30 será decisivo. Por um lado, estaremos mais uma vez protestando contra a retirada de direitos dos trabalhadores por meio dessas reformas absurdas que o Governo Federal quer promover. Da mesma maneira, defendemos o nosso direito ao Piso 20h na Rede Estadual, reconhecido em lei, e que não está sendo cumprido



Em Assembleia Geral, no dia 20 de junho, professores da Capital aderiram à Greve Geral Nacional que acontece no próximo dia 30

do pelo Governo desde janeiro. Nós, trabalhadores, não vamos pagar a conta da corrupção e má gestão pública”, convoca o presidente da ACP, Professor Lucílio Nobre.

Para a vice-presidente do sindicato, professora Zélia Aguiar, o momento é de manter a resistência. “2017 tem sido um ano muito difícil, mas estamos resistindo com garra e convicção de que nossos direitos não serão

destruídos sem que façamos a luta”, afirma Zélia.

Mesmo com o ataque feroz e organizado para retirada de direitos, o secretário de formação sindical da ACP, professor Gilvano Bronzoni, aponta que a luta dos trabalhadores e organização do movimento sindical tem conseguido barrar o retrocesso. “Nesta semana, tivemos uma importante vitória que mostra que a nossa luta

não é em vão. A derrota do Governo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado é um sinal de que a força das ruas está surtindo efeito. Não podemos recuar até que essas reformas sejam completamente derrubadas”, avaliou Gilvano.

Nos próximos dias, a organização da Greve Geral vai definir a pauta de ações no dia 30 e a ACP divulgará a programação para a categoria.



Nossa luta em defesa dos direitos dos trabalhadores não para. O dia 30 será decisivo. Por um lado, estaremos mais uma vez protestando contra a retirada de direitos dos trabalhadores por meio dessas reformas absurdas que o Governo Federal quer promover.”
Lucílio Souza Nobre
Presidente da ACP

Agentes da saúde protestam por melhores condições de trabalho

II Cerca de 150 agentes comunitários de saúde da rede municipal fizeram na manhã de sexta-feira (23) uma manifestação na frente da Prefeitura, na Avenida Afonso Pena, na região central, cobrando uma resposta das reivindicações feitas pela categoria à Secretaria Municipal da Saúde.

Da Redação

servidorpublico.ms@gmail.com

Com carro de som e cartazes, os agentes se reuniram por volta das 11h30 na frente da sede da Pasta, a dois quarteirões da sede do Executivo, e caminharam gritando palavras de ordem pela calçada, para não prejudicar o trânsito.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Campo Grande, Marcos Tabosa, a lista de reivindicações da categoria inclui desde o acréscimo de 20% sobre o salário base, atualmente em R\$ 1.014, como adicional por insalubridade até um plano de carreira e mudanças na jornada de trabalho passando das 40 horas semanais atuais para 30, sendo as outras dez sendo divididas em duas por dia para preenchimento dos relatórios.



Servidores e sindicalistas durante a manifestação, que terminou em frente à Prefeitura de Campo Grande (Foto: Alcides Neto)

“São pautas importantes, já que lidamos com portadores de doenças infecciosas, como tuberculose”, disse a agente de saúde Luzineide de Araújo, 49 anos, há 19 deles na profissão.

“Discutimos essa manifestação com os servidores da área em assembleia e todo mês repetiremos até que as demandas sejam atendidas”, apontou o

presidente do sindicato. “Estou conversando com a secretaria atrás de uma solução. Como não fui atendido, decidimos fazer (o protesto)”, completou Tabosa.

Depois de cerca de meia hora de manifestação, parte do grupo de funcionários já havia se dispersado até a conclusão da reportagem. Nenhuma ocorrência foi registrada durante o ato.



W Discutimos essa manifestação com os servidores da área em assembleia e todo mês repetiremos até que as demandas sejam atendidas”, apontou o presidente do sindicato. “Estou conversando com a secretaria atrás de uma solução. Como não fui atendido, decidimos fazer (o protesto)”

Marcos Tabosa
Presidente do SISEM

Pesquisa de satisfação aponta que 86% dos usuários de Campo Grande aprovam os serviços da Cassems

II Pesquisa da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), realizada pela Companhia de Pesquisa, que avalia os serviços assistenciais prestados pela instituição e a sua Rede Credenciada e Própria, indicou que 86% dos usuários de Campo Grande consideram o plano de saúde como ótimo ou bom e 89% dos usuários recomendariam o plano. No Estado, 81% dos usuários aprovam o plano. A pesquisa, feita por amostragem, foi realizada em 11 cidades do Estado no período de 8 de março a 7 de abril. Os entrevistados foram abordados aleatoriamente em seus locais de trabalho.

Da Redação
 redacao@publico.inf.br

Nos anos de 2012 e 2013, a Cassems obteve, em média, 80% de aprovação dos seus beneficiários em todo Estado. Em 2015, houve uma pequena perda, para 66%, porém, em 2017, os números de aprovação voltaram ao patamar médio dos anos anteriores. Esses índices de aprovação se mostram ainda mais relevantes porque se trata de Saúde, um dos serviços mais criticados pela população brasileira, que está cada vez mais severa em relação aos serviços prestados.

A Cassems cresceu em aprovação em todas as áreas: Atendimentos dos Funcionários, Qualidade de Atendimento, Comunicação Cassems, Prazo para Autorização de Exames, Prazo para Autorização de Consultas, entre outros. Os maiores índices de crescimento foram em Rede de Clínicas que teve um aumento de 18%, em 2015 era de 61% e 2017 de 79% e a Quantidade de Especialistas que em 2015 era de 28% e em 2017 era de 44%, um aumento de 16%.

Esses números positivos mostram que a estratégia da diretoria da Cassems ao optar por uma gestão moderna e compartilhada, aliada ao investimento na sua Rede Própria e à estruturação dos serviços próprios, foi acertada. Dessa forma, os recursos são otimizados e investidos para garantir um atendimento humanizado e com mais qualidade.



Os entrevistados foram abordados aleatoriamente em seus locais de trabalho

Rede Própria

II Foi justamente a ampliação da Rede Hospitalar o item mais apontado pelos beneficiários como motivo de satisfação. Em 2013, apenas 4% dos beneficiários citaram a Rede Hospitalar como determinantes para a avaliação positiva do plano, em 2015 esse índice subiu para 7% e, em 2017, chegou a 18%. A avaliação dos Hospitais Cassems cresceu 10 pontos percentuais em relação à última pesquisa. Em 2015, 68% dos beneficiários ouvidos consideraram os hospitais como ótimo ou bons, já em 2017, esse número saltou para 78%.

Atualmente, a Rede Própria da Caixa dos Servidores conta com 76 Unidades de Aten-

dimento, 3 Centros de Prevenção em Saúde, 9 Centros Médicos, 01 Centro Médico e de Diagnóstico Avançado em Campo Grande, onde os profissionais prestam atendimento ambulatorial, 24 Centros Odontológicos, 9 Hospitais (Aquidauana, Dourados, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas, Coxim e Campo Grande). Toda essa estrutura está distribuída estrategicamente de forma a oferecer maior comodidade aos mais 207 mil beneficiários em todo o Estado. Além da Rede Própria, os beneficiários também contam com uma ampla Rede Credenciada, com aproximadamente 2.800 profissionais credenciados.

